

TRAJETÓRIAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: EXPERIÊNCIAS EM BALANÇO

Luís Antonio BARONE¹

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE²

Sonia Maria Pessoa Pereira BERGAMASCO³

- **RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo avaliar o complexo processo de constituição de oito experiências de assentamentos rurais, no tocante ao seu desenvolvimento econômico e político-organizacional, localizados em regiões distintas do Estado de São Paulo. Trajetórias diferenciadas entre si marcam essas experiências, os aspectos organizacionais incidem de forma diferenciada sobre a evolução econômica, não havendo uma relação de causalidade entre desempenho econômico, existência de dissensões e alternativas de organização. Pulverização e competição são fatores presentes na tentativa de construção de um novo modo de vida. Constata-se significativa pressão para que esses novos agricultores se integrem ao complexo agroindustrial e ao processo de globalização econômica hoje em curso.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos rurais, estratégias familiares; projetos reforma agrária; lutas agrárias.

Contextualização: caminhos da pesquisa

Temos acumulado, nos últimos nove anos, reflexões e desafios no estudo e acompanhamento dos projetos de assentamentos rurais implantados no Estado de São Paulo (Ferrante & Bergamasco, 1995).

Nesse caminho pautado pela imprevisibilidade e pela aprendizagem, temos insistido na complexidade do estudo de assentamentos, em sua multidimensionalidade, nos impasses de se analisar processos sociais agrários complexos (Santos, 1991) que têm na diversidade sua marca mais expressiva.

1 Mestrando do Programa de Mestrado em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP

2 Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

3 Departamento de Planejamento e Produção Agropecuária – Faculdade de Engenharia Agrícola – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP.

Assim como fomos, ao longo dessa trajetória, desmontando convicções de que os assentamentos podem ser compreendidos por saberes compartimentados, por referenciais conceituais unívocos, fomos abandonando ilusões de ter, sobre o objeto, conclusões definitivas. Nesse contexto, aceitamos como princípio analítico que a realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância para não se passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito (Giannotti, 1976, p.163), como se essa passagem pudesse se dar mecanicamente, sem uma atenção a um processo pleno de contradições. Parece-nos importante, a título de contextualizar nossa própria trajetória em face do objeto, uma referência breve à delimitação das marcas de nossas reflexões, nas quais outras parcerias e o convívio com um processo de formação de jovens pesquisadores tiveram importância vital.

Privilegiamos, em um primeiro momento, a discussão da relação possível entre projetos de assentamentos e projetos de reforma agrária, procurando analisar o atrofiamiento da resposta estatal em um momento de acirramento do conflito entre as forças sociais, desafio que se impõe a nós como sujeitos históricos e como pesquisadores. O primeiro texto escrito insiste nessa discussão, objeto de viva polêmica no interior do Grupo Estado e Agricultura – ANPOCS – recebeu sinal vermelho na crítica da possível adoção de uma visão maniqueísta do Estado, pelo fato de termos enfatizado, talvez excessivamente, sua dimensão controladora e sua racionalidade em se antecipar na proposta dos assentamentos às situações conflituosas, utilizando-se de férteis mecanismos anestésicos (Ferrante & Silva, 1986). A revisão desse texto levou-nos a salientar a análise dos assentamentos como uma política estatal definida pelo jogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (1987, 1988).

A preocupação de encontrar saídas para a reforma agrária e olhar criticamente a proposta de assentamentos ultrapassava o circuito das inquietações teóricas, tinha natureza política. Talvez isso explique a entonação adotada na discussão do Estado nesses primeiros textos. A compreensão dos projetos de Estado como campo de lutas, a análise dos distintos tempos de sua presença, ganhou contornos mais nítidos na discussão do fazer-se dos assentamentos, na análise da construção/reconstrução desse novo modo de vida (Bergamasco et al., 1990).

Nesse âmbito, buscou-se contrapor à análise das estratégias familiares e das perspectivas de modernização a presença e atuação do Estado como definidor de políticas de implantação de assentamentos e de técnicas modernizantes.

Por meio da apreensão de estratégias familiares baseadas nos ajustamentos contínuos realizados no seio das atividades familiares e dos meios utilizados para sua realização, discutiram-se respostas dadas pelos trabalhadores à presença ou ausência da ação do Estado.

Passamos, no curso da pesquisa “Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo”, a enfrentar o estilhaçamento de determinadas categorias teóricas e a necessidade de revisitar a questão agrária. O mergulho nos paradoxos impôs-se, não por um exercício teórico, mas pelas práticas dos sujeitos-objeto do conhecimento, pela historicidade de processos sociais concretos.

O crescimento da presença dos bóias-frias no movimento de luta/invasão/castramento para uma área de terra levou-nos a discutir a relação entre proletarização/expropriação/modernização agrícola.

Igualmente, analisamos a reinvenção da terra em um processo pleno de contradições. A terra aparecia inserida em uma nova rede de significações, na qual ganhavam expressão o emprego/desemprego, a carestia de viver na cidade, a vontade de poder morar e viver com maior tranquilidade. Tais situações nos levaram a discutir a trajetória dos bóias-frias a assentados no interior de um processo de criação de novas necessidades, de novas relações sociais, processo que não permitiu a adoção de procedimentos classificatórios ou de mera categorização (Ferrante, 1989, 1991, 1992a, 1993c).

Rediscutiu-se igualmente os novos matizes que cercam a demanda pela terra, aparecendo como o elo entre ex-bóias-frias assalariados urbanos e desempregados, a associação entre essa luta e a recomposição das necessidades de reprodução social. No movimento de reconceituação dos sujeitos e da luta pela terra, impôs-se a substituição de categorias e/ou conceitos construídos em outros momentos históricos, os quais tiveram de ser necessariamente revistos diante de novos processos sociais.

Discutiu-se a reconstrução dos atributos impostos aos bóias-frias de serem dóceis herdeiros da modernização agrícola e sua transformação em assentados em um processo, cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades (Ferrante, 1994b).

A questão da produção familiar, aparentemente enterrada, voltava à cena (Kageyama & Bergamasco, 1989, 1989/1990; Kageyama, 1991; Bergamasco, 1993). Preocupava-nos discutir que categorias de racionalidade capitalista não poderiam ser simplesmente transpostas para o assentamento, cuja complexidade exigia, sem dúvidas, a superação da idéia de diagnósticos ou avaliações baseadas em análises contábeis.

Evidentemente, o processo de modernização e as exigências de uma agricultura competitiva estão presentes nas discussões sobre as possibilidades ou não de incorporação dos trabalhadores sem-terra nos assentamentos. Permeia estas discussões a constatação de que na medida em que a agricultura se moderniza, o setor camponês tradicional sofre profundas alterações. Se, de um lado, este processo é responsável por uma rede de relações de subordinação, por outro, ele poderá responder e reiterar a "autonomia" da unidade familiar. Os assentamentos se ajustam a esses movimentos? Como analisar neles a presença do trabalho familiar?

Inúmeros esforços surgiram no sentido de avaliar a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil. Bergamasco aponta que quase 50% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros eram, na primeira metade da década de 1980, familiares "puros", ou seja, estabelecimentos que não apresentavam nenhum tipo de mão-de-obra contratada (1993).

O conjunto de estabelecimentos familiares engloba ainda unidades produtivas que, além da mão-de-obra familiar, contratam eventualmente trabalho temporário e,

também, as “empresas familiares”, cujo peso do trabalho da família perde espaço para a contratação de outros trabalhadores, sejam permanentes, temporários ou empreiteiros.

Reforçando a importância deste segmento, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – FIBGE) permitem determinar o peso do trabalho familiar na composição da mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira, que em 1989 representava 58,2%, sem dúvida alguma, a maior categoria ocupacional no campo (cerca de nove milhões de pessoas), sendo importante ressaltar que esta é uma formação social heterogênea, constituída por categorias com diferentes capacidades de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los (Lamarche, 1993).

As empresas familiares, o que de certa forma corresponde ao que Abramovay chama de “agricultores profissionais” (1992), têm como características competitividade econômica, grande capacidade de incorporação do progresso técnico, integração aos mercados modernos e ágil resposta à política agrícola. Essa categoria, entretanto, apresenta ainda baixa representatividade, principalmente em termos de número de estabelecimentos (4,7%) e de pessoal ocupado (9,9%). Nos valores de área total (14,1%), valor da produção (16%) e número de tratores (19,7%), registra-se pouca diferenciação em relação aos demais segmentos. Não se quer com isso negar a inserção dos agricultores familiares puros no sistema produtivo e nos mercados, fato que lhes impõe a busca de um excedente de produção que viabilize pelo menos a reprodução das condições de sobrevivência da família.

No caso do Estado de São Paulo, o peso dos estabelecimentos familiares “puros” é bem menor, cerca de 30%. Abramovay et al. (1995), por meio de dados amostrais do Instituto de Economia Agrícola, fazem uma melhor aproximação para o Estado de São Paulo, concluindo que mais de 50% dos imóveis eram familiares “puros”. Tais reflexões são significativas para análise das pressões da engrenagem capitalista sobre os assentados, das dificuldades de sua inserção no mercado, das estratégias familiares possíveis utilizadas para permanecer na terra.

A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida foi objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais, políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando o vaivém de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação (Ferrante, 1994a; Bergamasco, 1994a,b).

Igualmente, foram discutidas, no processo de construção das relações sociais no assentamento, marcas da violência de gênero, presentes em vários momentos: no projeto de assentamento apresentado pelo Estado, cuja dimensão patriarcal aparece na criação da figura do cadastrado, reservada ao homem; na delimitação de espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos; no alijamento das mulheres do processo decisório (Ferrante, 1993b, 1995; Bergamasco, 1994b, 1995).

Nessa trajetória, os desafios de levar adiante um censo de assentamentos rurais e a constituição de uma equipe multidisciplinar nos impuseram impasses metodoló-

gicos e a decisão de trabalhar com estratégias analíticas interdisciplinares (Ferrante, 1993a; Ferrante & Bergamasco, 1992, 1994).

Ao mesmo tempo, preocupava-nos a construção de elos entre a universidade e a sociedade e a busca de dar à pesquisa um retorno social (Ferrante, 1992a; Ferrante & Barone, 1994).

Essa trajetória, aparentemente desconectada em termos conceituais, deu-nos como legado a experiência de conviver melhor com as interpretações parciais, com as verdades relativas, sendo descartadas interpretações que tivessem a pretensão de se tornar verdades absolutas.

No presente texto, as idéias centrais que pretendemos desenvolver exigem que sejam passadas a limpo as diversas situações vividas pelos assentados, por mais desconstruídas que pareçam ao observador.

Discutimos continuidades e descontinuidades dessas situações; apropriamo-nos dos conceitos de trajetória (Bourdieu, 1974), estratégia (Pitrou et al., 1983) e experiência (Thompson, 1981, p.15) para analisar as práticas dos assentados, o contexto no qual estas são produzidas, as dimensões da luta desse espaço de relações sociais, as quais exigem um olhar interno e externo, passando por atos de violência, explícitos ou dissimulados, que podem ser detectados na relação do Estado com os assentamentos. A referência a balanço não tem, no presente trabalho, o significado de avaliação ou diagnóstico, mas de apreensão das diferenciações de compreensão do que é esse espaço social e seu modo de vida, pensado como expressão relacional das mudanças que se processam nas dimensões cultural, econômica e política dos agentes envolvidos na construção dos assentamentos.

Há muito perdemos, felizmente, as ilusões de chegar a conclusões definitivas.

O retrato da diversidade

Os assentamentos instalados na região de Araraquara comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes, e parte de complexos agroindustriais modernos criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra.

A modernização crescente vivida pela agricultura nesta região nas últimas décadas se plasma, do ponto de vista social, no intenso processo de proletarianização rural. Surge o bóia-fria, um assalariado rural, muitas vezes migrante e sujeito à sazonalidade das colheitas de laranja e do corte da cana, morador das periferias das cidades médias ou das pequenas e inchadas cidades-dormitório. Vítima de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos, essa categoria de trabalhadores, embora trazendo marcas de lutas passadas, experimenta, na década de 1980, um processo de

publicização de suas reivindicações e lutas. Além de reivindicarem melhorias salariais e nas condições de trabalho, os bóias-frias são também os protagonistas maiores da luta pela terra na região de Araraquara (Ferrante, 1992b).

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais (os bóias-frias das lavouras de cana e laranja).⁴ Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais; a seguir, encontra-se o núcleo I do mesmo assentamento, com 71% de frequência, e o núcleo II, este com 65% de ex-assalariados rurais. No projeto Bela Vista do Chibarro, 50% dos assentados vieram do assalariamento rural (Ferrante & Bergamasco, 1995, p.32).⁵ Neste último projeto, a participação de trabalhadores com passado de agricultor é bem maior, dado que se explica pelo fato de a Bela Vista ter recebido vários grupos de trabalhadores oriundos de outras regiões do Estado de São Paulo, onde a proletarização não é tão intensa, e até de outros estados – como Minas Gerais e Paraná.

A busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição de uma identidade social para os assentados. Esses trabalhadores, na sua maioria fugindo do assalariamento, da carestia das cidades-dormitório, vindos, em boa medida, das primeiras experiências de greve dos bóias-frias – ocorrências violentamente reprimidas nos anos de 1984 e 1985 – percorreram diferentes trajetórias até sua definitiva instalação nesses projetos.

A forma de organização e a maneira de se encaminhar o processo que os levou até a condição de assentados varia desde um processo de seleção realizado pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) e INCRA, até a ocupação seguida de algum conflito, com pouca ou quase nenhuma orientação das entidades de mediação mais conhecidas nos processos de luta pela terra. Destaca-se, nesses processos, a atuação do sindicato de Araraquara, um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) que em 1989 lidera o movimento de criação da Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp), tornando-se Sindicato dos Empregados Rurais. Respondendo a diferentes demandas, esta entidade organiza os trabalhadores e intermedia, quase que exclusivamente, os processos de negociação para regularização tanto do projeto Monte Alegre quanto do projeto Bela Vista do Chibarro.

A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, que, por um lado, procura dar conta da demanda pela terra advinda dos trabalhadores da região

4 A partir do quadro I.2 – Ocupação antes de vir para o assentamento, o maior índice de assalariamento rural é dos assentamentos da DIRA de Ribeirão Preto – onde estão os projetos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro (Ferrante & Bergamasco, 1995, p.32).

5 Obtivemos esses percentuais somando as colunas Assalariado Rural Permanente e Assalariado Rural Temporário do quadro I.2. O referido Censo não registra informações do núcleo V da Fazenda Monte Alegre, regularizado em 1992.

(muitos destes desempregados da cana e laranja) e, por outro, premido pelas tensões da modernização na agricultura e pelas divergências da estrutura sindical, rompe com o modelo da Contag e funda um novo sindicato, exclusivo dos assalariados rurais, uma síntese da complexa realidade vivida pelos agentes sociais no campo paulista.

Fazenda Monte Alegre: ocupações negociadas em terras públicas

O primeiro núcleo de assentamento da região de Araraquara foi instalado em julho de 1985 numa área da Fazenda Monte Alegre, um horto de propriedade da Ferrovias Paulista S.A. (FEPASA), à época administrado pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). O sindicato de Araraquara encabeçou o movimento que reuniu trabalhadores de cidades da região.

Após várias rodadas de negociação com o governo estadual, os trabalhadores decidiram ocupar uma área na Monte Alegre. Mesmo tendo um despejo negociado, a pressão surtiu resultado: após algumas semanas de acampamento em uma área anexa à sede do sindicato, 708 dos 1.200 ha reivindicados pelos sem-terras foram cedidos, procedendo-se ao assentamento de 32 famílias. Esse núcleo teve seus primeiros momentos acompanhados por várias entidades (universidade, partidos, sindicatos), mas, no decorrer do processo de organização interna, muitos agentes externos se afastaram. Conflitos com os agrônomos do Estado e com a direção do STR de Araraquara cindiram os assentados, trajetória que será melhor descrita mais adiante.

Ainda em 1985, outro grupo de trabalhadores rurais, a maioria de Sertãozinho, ocupa o horto Guarani, também de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis. Após despejo policial, o grupo acampou durante cerca de dois meses no acostamento da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal. O impasse foi resolvido com a liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre, para onde essas famílias foram transferidas definitivamente em outubro desse ano. Trinta e oito famílias foram cadastradas regularmente no núcleo II. O sindicato de Araraquara participou da organização desse grupo para a mobilização em Pradópolis, juntamente com políticos do município de Sertãozinho.

Em 1986, a SEAF preparou um processo de recrutamento e seleção de trabalhadores para ingressar num terceiro núcleo a ser instalado na Monte Alegre. Enquanto se encaminhava esse processo, em maio desse mesmo ano, 62 famílias, vindas em sua maioria de Guariba (centro das greves de 1984), ocuparam a área que seria destinada aos selecionados. O impasse foi resolvido com a transferência dos ocupantes para outra gleba da mesma fazenda. Em agosto, 20 famílias oriundas do processo de seleção oficial foram assentadas em 566 ha – formando o núcleo III.

O núcleo IV, montado a partir da ocupação das 62 famílias de Guariba, foi oficializado em novembro de 1986, e apenas 22 famílias permaneceram até essa data. Esse grupo pouco contato teve com o sindicato de Araraquara. Reunidos num primeiro

momento no STR de Guariba, os trabalhadores tiveram o apoio da prefeitura daquela localidade para concluir a ocupação em maio de 1986. Distantes da direção sindical, os assentados do núcleo IV se mantiveram alheios aos principais conflitos que envolveram assentados, sindicato e técnicos.

Desde finais de 1988, um outro grupo se mantinha acampado no interior da Fazenda Monte Alegre. Por meio de negociações com o Estado, esses trabalhadores não foram despejados. Enquanto alguns deixaram o acampamento, outros engrossaram o movimento, sobretudo em 1991, quando uma outra ocupação realizada na Usina Tamoio (município de Araraquara) foi despejada. Em outubro desse ano, uma área foi oficialmente cedida para a instalação do núcleo V do projeto Monte Alegre, com 32 famílias participantes.

Bela Vista do Chibarro: o assentamento nas terras da usina

Em 1982, a Usina Tamoio, uma das maiores da região, vai à falência e fecha suas portas. Tem início um longo processo de disputas judiciais de caráter trabalhista, no qual os empregados reivindicavam o recebimento de salários atrasados e encargos devidos. Durante esse movimento, chegou-se a cogitar a cessão de terras da usina para pagamento dos trabalhadores. Iniciou-se um demorado processo de desapropriação das terras da empresa. O esvaziamento da luta fez que a quase totalidade dos trabalhadores da Tamoio trocasse a possibilidade de ter uma gleba de terra por uma indenização em dinheiro. Mais tarde, em 1984, um grupo de sem-terras vindos da região de Campinas ocupa uma área da usina, sendo despejados com violência.

Somente em 1988, por intermédio do STR de Araraquara, começam a chegar novos trabalhadores que vão ocupando as casas da Colônia Bela Vista do Chibarro, uma das maiores da usina. Em 1989, com o adiantar do processo de desapropriação, vários grupos de trabalhadores – sempre orientados pelo sindicato de Araraquara – se juntam aos primeiros ocupantes, numa estratégia de pressionar para a decretação da desapropriação, o que ocorreu nesse mesmo ano. Das 79 famílias que ocupavam a Bela Vista quando o INCRA concluiu a desapropriação, apenas 14 eram de antigos funcionários da Usina Tamoio.

Até 1991, o INCRA procedeu à seleção e ao assentamento de mais famílias até completar o número de lotes a preencher (no total, 166). Em 1990, no entanto, a transferência de um grupo de 29 famílias de uma outra área de conflito em Promissão (SP) gerou conflitos entre os assentados e o órgão federal. Esse grupo, que foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terras (MST), foi estigmatizado por motivos políticos, já que o sindicato de Araraquara e o MST rivalizavam no campo da organização de trabalhadores para a conquista de áreas para assentamentos. A disputa entre os assentados ligados ao sindicato e os trabalhadores vindos de Promissão, que contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dá o tom da dinâmica política na Bela Vista, conforme relatado adiante.

A terra e os bóias-frias

O estabelecimento desses assentamentos e a luta das pessoas que lá vivem para permanecerem na terra nos põe diante da necessidade de uma reflexão sobre o significado dessa conquista – mesmo que num terreno pouco seguro – para uma categoria já bastante exposta à proletarização. Na condição de bóias-frias, cuja história compõe-se de muitos lugares percorridos, de relações vividas, de trajetórias forçadas, a violência impõe-se explicitamente no seu viver. Na reconstituição de sua trajetória, os bóias-frias relatam fatos e relações de uma memória coletiva progressivamente esfacelada nas fronteiras vigiadas de seu tempo de vida e trabalho. Referem-se à sua condição de assalariados como uma mudança forçada, provocada, destino sobre o qual não poderiam interferir. Em suas falas, imbricam-se a referência ao passado – tempo de sossego e fartura –, a recusa ao atributo e às marcas negativas imprimidas à condição de bóia-fria e a representação do presente como palco de violência, privações e necessidades.

As formas de violência impostas aos bóias-frias no sistema de trabalho do corte da cana, marcado pelo descumprimento dos direitos trabalhistas, e na extrema vigilância das atividades, agravadas se considerarmos as relações de gênero e a origem dos trabalhadores – dada a forte discriminação sofrida pelas mulheres e pelos migrantes – são apenas referidas como parâmetro para uma análise comparativa, em face da perspectiva de sua transformação em assentados. A demanda por terra pode ser compreendida, também, como contraponto possível ao viver sob estratégias de controle e dominação, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, opressão orquestrada entre as práticas patronais e a violência institucionalizada dos aparelhos do Estado.

A referência à terra é dada por alguns trabalhadores a partir de uma situação já vivenciada, na qual as relações sociais são ditadas pela solidariedade, por um outro tempo social. Para os que nunca viveram ou tiveram uma relação de cultivo da terra, a forma como se referem a ela não implica uma idealização do passado, mas um querer mudar diante das privações sofridas. A disciplina imposta pelo relógio, a medida da produtividade, os roubos do pagamento, a discriminação por ser mulher são ingredientes compulsoriamente inseridos no ciclo de vida dos bóias-frias. Entretanto, são outras as marcas que parecem pesar mais, justamente as responsáveis pelo acúmulo de privações: apesar de falarem com saudosismo de um tempo em que o dinheiro não era necessário, é a falta dele, as incertezas do ganho no presente que nutrem suas expectativas com a luta pela terra.

Não se pode, evidentemente, dizer que toda categoria dos bóias-frias tem um projeto de vida razoavelmente explicitado de lutar pela terra ou pela seleção em algum assentamento. Entretanto, a terra não se põe como algo absolutamente estranho às suas necessidades. Vontade de defesa, sobrevivência. Não existe homogeneidade no sentido que a terra passa a ocupar na visão de mundo dos assentados ex-bóias-frias. Fuga da escravidão do assalariamento, da violência e perseguição quando se reivindica direitos. Nesse sentido, viver no assentamento é sossego, liberdade. Aparecem

igualmente representações da terra como canal de acesso a um tempo melhor, possibilidade de se ter comida, planta e criação sem necessidade do dinheiro. A análise das experiências concretas de assentamentos nos mostra que os significados embutidos no querer a terra são, em muito, violentados pela pressão do mercado circundante e pelo projeto traçado pelo Estado para os assentamentos.

Há novas necessidades geradas na situação de assentamento. As novas condições que dariam aos assentados ex-bóias-frias elementos para encontrar, na defesa da terra, a defesa da regularidade de seu trabalho, de sua moradia, a garantia de decidir o seu destino, não podem ser pensadas em abstrato. Exigem, dentre outras, mudanças na correlação de forças dos assentamentos no conjunto da economia regional.

Esta possibilidade, no entanto, não está posta na conjuntura do momento. O abandono dos projetos de assentamentos por parte do Estado é crescente e a pressão dos complexos agroindustriais da região já se mostra no interior dos vários núcleos de assentamentos. Por outro lado, a dinâmica de modernização da agricultura, que prossegue a passos largos na região, repõe a problemática da luta pela terra.

A intensificação da mecanização do corte da cana, crescente nos últimos anos, é um fator de instabilidade social na região. Enquanto informações oficiais apontam para um índice de quase 50% de mecanização dessa atividade no Estado de São Paulo, em alguns estabelecimentos da região esse índice chega a 80%. O desemprego estrutural está presente e a diminuição de postos de trabalho não qualificado no agro-regional não se reflete imediatamente no fluxo migratório que ocorre à grande Califórnia brasileira. Cresce o estigma e a discriminação do migrante nas cidades da região, mas a dinâmica da economia regional ainda atrai muitos trabalhadores, sazonais ou que não descartam a possibilidade de permanecer em São Paulo.

A luta pela terra, neste aspecto, se coloca como consequência do processo selvagem de descarte de mão-de-obra. Em 1992, 700 famílias voltam a ocupar o horto da FEPASA em Pradópolis, e lá permanecem acampadas como um sinal vivo de que os conflitos pela terra não arrefeceram. Os trabalhadores procuram ocupar os interstícios dos canaviais e laranjais, espaços vazios geralmente em terras públicas subutilizadas, desafiando o monopólio da posse da terra na região.

Outro contexto, outros retratos

A região de Campinas possui uma história significativa no que se refere às transformações econômicas, políticas e sociais e, em especial, ao intenso processo de urbanização. Berço do desenvolvimento da economia cafeeira, na segunda metade do século passado, tornou-se porta de entrada a populações tanto de outras regiões como de outros países.

Com o primeiro grande *rush* do café, Campinas transformou-se na “capital agrícola” da província. Aqui nasceram as duas mais importantes ferrovias do café assim como as primeiras fábricas de máquinas de beneficiamento, além das principais iniciativas para a imigração em grande escala.

Com o grande desenvolvimento alcançado com a economia cafeeira e com o sistema de transporte, a região manteve-se, após 1930, como uma das mais importantes do Estado de São Paulo em termos de agricultura e de urbanização. Consolidou-se, a partir de então, a estabilização da produção de café acompanhada de uma intensa diversificação da produção mercantil de alimentos, além de um implante industrial significativo.

O aglomerado urbano de Campinas no início dos anos 90 atinge cerca de dois milhões de habitantes, sendo o segundo pólo manufatureiro do estado. A produção industrial da região é menor apenas que as do Estado de São Paulo, da Grande São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, superando as de todos os demais estados brasileiros (Semeghini, 1991). Sua produção agropecuária, por outro lado, é também bastante representativa.

No entanto, o que aponta Semeghini (1991) é a forte contradição entre o desenvolvimento de fatores positivos próprios de uma dinâmica de urbanização ao lado de perversas condições de amplas parcelas da população, que se encontram impossibilitadas do acesso aos resultados desse desenvolvimento.

Assim, a década de 1970 marcou um aumento no contingente de pessoas e famílias pobres, dado o enorme fluxo migratório que demandou a região, com a deterioração dos serviços e atendimento das funções básicas para esta população, resultante da manifestação especulativa da ação dos capitais mercantis urbanos. Produziu-se, desta forma, uma enorme periferia carente, com maior número de analfabetos, com falta de saneamento básico e de atendimento à saúde.

O agravamento da crise econômica na primeira metade da década de 1980 elevou os índices de desemprego e subemprego. Foi neste contexto que a questão da terra volta a ser colocada como alternativa para essa população.

Assentamento Sumaré I

O "Horto Florestal da Boa Vista", de propriedade da FEPASA, localiza-se no município de Sumaré, distante 120 Km da capital do Estado de São Paulo. Possui uma área de 855,2 ha, dos quais 338 foram destinados à implantação do núcleo de assentamento Sumaré I, onde foram assentadas inicialmente 26 famílias, restando hoje apenas 24.

O assentamento Sumaré I foi instalado em fevereiro de 1984. Sua história, no entanto, teve início em 1981, permeada de lutas, pressões, ocupações e acampamentos, com a participação marcante da Igreja Católica. Foi inicialmente um grupo de aproximadamente 600 famílias, que se reuniam para reflexões bíblicas e discussões sobre a conjuntura política e econômica do país. A maioria delas já estava integrada no mercado de trabalho urbano, tendo tido uma vivência anterior na terra.

Com os primeiros resultados positivos de hortas comunitárias e compras organizadas pelo grupo, estas famílias encontraram na reivindicação pela reforma agrária

a alternativa para melhorar suas condições de vida. Um primeiro grupo de 47 famílias das 600 iniciais se mobilizou então e se unificou.⁶ A ocupação de terras tornou-se então uma meta comum.

A primeira ocupação aconteceu na Usina Tamoio,⁷ no município de Araraquara (SP), pelo fato de esta já ter sido desapropriada pelo governo para fins de reforma agrária. Ali acamparam durante três dias, tendo sido expulsos por jagunços armados, a serviço do proprietário. Informados de que o governo do estado fazia estudos para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais em terras públicas ociosas, estas famílias se dirigiram, em seguida, ao horto florestal, de propriedade da FEPASA, no município de Araras (SP). Lá permaneceram seis dias, quando foram obrigadas a se retirar a fim de evitar repressão policial em virtude da aprovação do pedido de reintegração de posse pela FEPASA. Essa trajetória, apesar das dificuldades encontradas, permitiu negociações com o governo, por intermédio do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF),⁸ tendo como resultado o acesso à parte das terras do "Horto Florestal da Boa Vista", onde estão agora assentados.

O processo de seleção teve como critério o compromisso dos trabalhadores com a luta pela terra e a conseqüente resistência deles às precárias condições iniciais.

Durante um ano, essas famílias se instalaram em condições emergenciais em uma área conjunta de apenas 10 ha, localizada no atual setor de produção do assentamento. A partir da demarcação dos lotes, foi atribuída a cada família uma área de 7 ha, por meio de um documento de cessão de uso, por um período de cinco anos.

No assentamento de Sumaré I, quando as pessoas entraram na terra, 56% eram assalariados ou trabalhadores autônomos urbanos e apenas 12% eram de trabalhadores rurais autônomos, parceiros ou arrendatários. No processo de conquista da terra, 88% participaram da luta antes do assentamento e 80% do acampamento.

Quanto às perspectivas com relação à terra, 56% querem ter terra para plantar, mas 96% indicam ser importante ter também o título; 76% afirmaram que a vida melhorou depois que vieram para o assentamento e todos indicam a vontade de ali continuar.

Assentamento Sumaré II

O núcleo deste assentamento foi instalado em maio de 1985, sendo assentadas 29 famílias, que permaneceram dois anos em estado emergencial numa área de 101,5 ha no "Horto Florestal da Boa Vista", da qual a FEPASA era a proprietária. Atualmente,

6 Outros grupos foram formados posteriormente, sendo o segundo deles o do assentamento Sumaré II, localizado também no "Horto Florestal da Boa Vista", em uma área de 82 ha.

7 O processo de desapropriação da Usina Tamoio só se concretizou em 1989, com a constituição do assentamento Bela Vista de Chibarro com 166 famílias beneficiadas.

8 Órgão então pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, hoje Departamento de Assentamentos Fundiários (DAF) da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

o assentamento está instalado em uma área de 377 ha, localizada no município de Sumaré, distante 120 km da cidade de São Paulo.

Em maio de 1985, ocorreu um acampamento de 45 famílias, num total de 250 pessoas, num canteiro de uma avenida ao lado da terra pretendida, localizada na Vila Padre Anchieta, na divisa dos municípios de Campinas e Sumaré.

Um barraco de madeira utilizado para múltiplas funções (depósito de alimentos, farmácia, reuniões etc.), moradas improvisadas construídas com papelão de leite UHT (Ultra High Temperature) e lonas plásticas, alimentos e roupas doadas por entidades políticas e religiosas, pelos sindicatos e comunidades de bairro construíram a infraestrutura básica para resistir na caminhada pela conquista da terra.

Com elevado índice de organização e cientes da causa que defendiam, 29 famílias resistiram durante 71 dias – tempo que durou o acampamento –, trazendo como consequência a conquista da terra junto a outra área do horto florestal, onde se formou o Núcleo Sumaré II.

Este processo contou com um grau de organização que Cornejo & Santos (1988) avaliaram como de elevado nível, podendo ser medido pela verificação do funcionamento de comissões como: relações públicas, alimentação, comissão de negociação, de saúde etc.

Externamente, contou com o apoio da sociedade civil expresso de várias formas, desde ajuda financeira, passando por doações e apoio da imprensa escrita e falada até o apoio de deputados e alguns partidos políticos. Em contrapartida, alguns setores da imprensa e autoridades públicas mostraram-se contrários à causa dos trabalhadores sem-terras, fazendo uso até da polícia para desalojá-los.

Este envolvimento da sociedade civil, apoiando ou opondo-se ao assentamento das famílias acampadas, demonstra que a questão da terra abrange a sociedade como um todo e que nesta questão estão envolvidos projetos diferenciados para a sociedade brasileira, estando também em jogo a consolidação e viabilização da produção do assentamento.

Antes de entrarem para o assentamento, 53,8% dos assentados de Sumaré II trabalhavam na cidade como assalariado ou trabalhador autônomo, 11,5% eram bóias-frias e 3,8% trabalhavam como meeiros ou arrendatários no meio rural da região. A vontade de ter terra para plantar foi declarada por 57,7% destes assentados, enquanto 15,4% vieram para a terra com o intuito de serem futuros proprietários individuais com título de propriedade.

Essa diversidade de opiniões tinha, no entanto, um ponto comum: o de querer a terra e, para tanto, 92,3% dos assentados de Sumaré II participaram da luta e 84,6% estiveram acampados no momento anterior à entrada na terra.

A avaliação de que a vida melhorou após a vinda para o assentamento foi indicada por quase 80% dos assentados.

Construções/desconstruções/reconstruções: dimensões do novo modo de vida

A construção de um novo modo de vida envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança, com a comunidade inclusiva, até as tecidas, muitas vezes compulsoriamente, com os agentes do capital. Esse processo não se apresenta como algo imediatamente dado. Há dificuldades nessa construção que passam pelas singularidades desses trabalhadores e igualmente pelas situações concretas encontradas: anseios, expectativas que podem ser frustrados no seu dia-a-dia e atingem diretamente a estrutura familiar, a relação de homens e mulheres no tocante à disposição de espaços masculinos e femininos no interior do assentamento.

No enfrentamento dessas dificuldades, há expressões de unidade e de diversidade. Marcas de singularidade de cada um, traços de diversidade, manifestações de desconfiança, de uns em relação aos outros, vontade de se sentar junto, relação de estranheza diante do técnico, ou total acomodação às suas ordens, a sensação de se estar só e a expectativa de se encontrar com outros iguais, o aflorar de diferenças e dissensões.

Os assentamentos não eliminam a violência entendida como luta pelo poder, como a própria transformação de invasor ou demandante de terra em assentado não se faz acompanhar de um atendimento das novas necessidades de reprodução que se apresentam. Há, nessa transformação, cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades, novas formas de expressão de violência a sinalizar que a construção pelo Estado do projeto de assentamento e da figura do assentado não dissolve ou domestica as contradições.

A passagem da condição de assalariados para a de assentado, sua inserção em novas relações sociais, em uma teia de situações até então desconhecidas e não vivenciadas não podem ser enquadrados em modelos teóricos classificatórios. Concretamente, projetos de Estado e desejo de querer a terra não são compatíveis.

A relação de estranheza com a terra que lhes é atribuída manifesta-se de várias maneiras. O fato de se terem postos como iguais no momento da luta não significa necessariamente sua disposição de estruturarem-se coletivamente para a organização social da produção, mesmo porque tal perspectiva, construída a partir da óptica do Estado, não é expressão de suas vontades e possibilidades.

Categorias de incertezas impregnam seu viver. Problemas não só causados pela força do outro a se impor, mas pelas dificuldades de constituição de um nós. Momentos de euforia alternam-se a momentos de desencantamento. Expectativas de conseguir a titulação – a propriedade continua uma promessa não cumprida, persistindo a provisoriade de posse – de obter a regulamentação do módulo, de obter crédito e verbas de custeio mesclam-se à desistência de continuar plantando, à decisão de buscar formas de assalariamento – como bóias-frias, como empregados domésticos –, à impotência de não saber como canalizar suas lutas, à acomodação pura e simples à terra como moradia.

Falhas e problemas alimentam atributos centrados na incompetência de tocar a terra. Responsabilidade atribuída ao fato de terem sido bóias-frias, de terem perdido o conhecimento do lidar com a terra, na sua inserção no mercado de trabalho urbano.

Índices de evasão crescentes são alardeados para divulgar a inviabilidade das experiências. De fato, há um movimento significativo de saída/entrada de famílias nos assentamentos. É interessante salientar que os índices de evasão são muito menores, quase nulos, nos núcleos em que se mantém parcialmente um projeto de cooperação nutrido por experiências comuns vivenciadas num tempo anterior.

As dificuldades de se manter, de aprender novos códigos, de subordinar-se a uma lógica da contabilidade não são, no entanto, apontadas como insuperáveis, nem levam os assentados a afirmar sua intenção de sair das terras. Sem ter o título de *posse*, apesar de o tempo disposto pelo Estado já ter sido ultrapassado, sem condições de enfrentar a economia do mercado capitalista, os assentados não podem agir como se, de fato, pudessem dispor da terra. Nesse complexo caminho esboçado na trajetória dos assentamentos, de resultados não previsíveis, os assentados, ex-bóias-frias, ex-trabalhadores urbanos, homens e mulheres, voltam com frequência à situação de assalariamento anteriormente vivida, às vezes como forma de ampliar a renda e permanecer na terra. Estratégias são construídas, reconstruídas a nos oferecer uma rede de relações diferenciadas no tempo e no espaço.

Diversidades de organização econômica e político-administrativa Estratégias de organização

A história de luta dos núcleos de Sumaré I e II traz desde o início um forte embrião organizativo, permeado, no entanto, de disputas internas por lideranças, por atritos e conflitos.

O grau de organização destes grupos podia, num primeiro momento, ser medido pela verificação do funcionamento das comissões ainda durante o acampamento, criadas para atender necessidades surgidas neste período. Essas comissões eram integradas por todos, desde crianças até os mais velhos, que desempenhavam papéis importantes em cada grupo de trabalho. A prática das assembléias era, e continua sendo, um termômetro importante do grau de organização, pois nelas os acampados, hoje assentados, decidiam e encaminhavam soluções para seus problemas, conseguindo por meio deste fórum manterem-se unidos e permanecerem no lugar ocupado.

A partir da implantação do assentamento, sob a orientação/coerção dos técnicos do Estado, decidiu-se pela formação de associações com o objetivo de encaminhar questões de organização e planejamento da produção. A proposta de criação dessas associações estava vinculada à possibilidade de obtenção de financiamento, coordenada pelos técnicos do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF/SAASP).

Foram criadas, respectivamente, a “Associação Programa Agrícola de Sumaré I” e a “Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento de Sumaré II”.

A direção das associações foi confiada a uma diretoria e a um conselho fiscal, eleitos pelos associados/assentados, tendo como órgão deliberativo a assembléia, na qual participavam (e ainda participam) os técnicos, para contribuírem na tomada de decisões.

A organização da produção, no que diz respeito à escolha da cultura, à área a ser cultivada, ao preparo do solo, à sementeira, à compra de insumos, assim como ao transporte e à comercialização, a partir daí, passou a ser estudada e programada em assembléias para serem executadas coletivamente. Desde o início, todos os maquinários são de propriedade coletiva, pertencem portanto à associação.

As associações dos núcleos I e II se consolidaram. Entretanto, suas funções foram se reajustando. Os assentados, num primeiro momento, vivenciaram as associações como forma de reivindicação. Em seguida, estas foram aceitas como entidades preocupadas com o processo produtivo, sem perderem todavia seu caráter reivindicatório. Depois de um primeiro momento marcado pelas regras coletivas, definidas com a interferência de agentes externos como o Estado, bancos, mediadores etc., a busca de uma relação com a terra em termos privados e com maior autonomia é colocada.

Esses processos demonstram que as formas agora adotadas têm uma dinâmica mais interiorizada pelo assentado, na qual as características individuais são elementos mais determinantes na formação dos grupos, na escolha e adoção de culturas e na forma de organização do processo produtivo.

A adoção de novas tecnologias diferentes das habitualmente utilizadas no plantio de culturas típicas de subsistência, a necessidade de um conhecimento dos mecanismos de financiamento e comercialização, a necessidade de estabelecimento de formas de gestão conjunta e uma inexistência de vontade política por parte do Estado deixam evidente a complexidade do processo de introdução de novas tecnologias na viabilização de assentamentos rurais.

No entanto, a sujeição a este sistema não significa, necessariamente, a adesão dos trabalhadores a uma organização coletiva da produção. Na verdade, a perspectiva de uma coletividade rural de produtores em cooperação não corresponde, obrigatoriamente, à vontade dos trabalhadores, mas é, sim, resposta a uma aceitação do modelo cooperativo forjado nas instâncias do poder (Ferrante & Bergamasco, 1992).

No começo, as primeiras conquistas foram obtidas coletivamente, as decisões foram tomadas em assembléias e geridas pela diretoria da associação. A compra das máquinas, a construção dos espaços coletivos (escola, galpão de máquinas, depósito, área de lazer) e a própria produção resultaram em um início de consolidação do projeto.

Com o passar do tempo, num segundo momento, a vontade de "tocar a roça", individualmente, prevaleceu sobre a proposta de uma organização coletiva. Embora individualizados em sua forma de produzir, a presença da associação se manteve para outras decisões de caráter comum.

O trabalhar individualmente, no entanto, acabou sendo reconsiderado por algumas famílias que, preocupadas com a melhoria de sua produção, buscaram novas

tecnologias, como a irrigação. Na realidade, a inviabilidade de se adquirir individualmente um equipamento dessa natureza exigiu decisão e aprendizagem, para se chegar ao objetivo determinado. Tratava-se de um investimento tecnológico que desse conta das variações climáticas, garantindo retornos necessários à sua reprodução como pequenos produtores.

Este processo se iniciou com sete famílias que se dispuseram a comprar o equipamento de irrigação, por meio da obtenção do crédito do Procer.⁹ O produto escolhido foi o feijão, por se tratar de uma cultura, segundo os assentados, "fácil de ser manuseada". Na verdade, tratava-se de uma cultura mais identificada com o seu cotidiano, além de, evidentemente, lhes garantir subsistência.

A produção do assentamento foi sempre de alimentos básicos como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Esta última, produzida também para o fornecimento à agroindústria. O café tornou-se uma cultura importante, tendo por objetivo, além da receita gerada, garantir a manutenção dos assentados na terra, pois sendo uma cultura permanente possibilita atestar o número de anos que ali estão.

Um olhar atual sobre o assentamento reflete uma agricultura calcada na mais moderna tecnologia. A produção de tomate de mesa, por um lado, mudou a paisagem do espaço produtivo; por outro, redefiniu e reaglutinou famílias que anteriormente haviam optado por um processo individual de produção. A decisão de plantar tomate, segundo os assentados, deveu-se ao fato de ser uma cultura que promete maior rentabilidade. Com este fim, foram formados dois grupos de produtores, nos quais a afinidade entre seus membros foi o fator principal de definição. O primeiro com nove e o segundo com oito famílias de assentados.

Cabe ressaltar, como primeiro ponto, a escolha da área desta nova cultura. Cada qual tinha, até então, seu lote individual. Cada família deveria plantar três talhões de 6.500 pés de tomate para que o projeto tivesse viabilidade. Tecnicamente isto corresponderia a uma área de 3,0 ha para o grupo dos nove, e 2,5 ha para o grupo dos oito. A partir dessa situação cada grupo vai discutir onde implantar seu projeto. O *grupo dos nove* selecionou parcelas contíguas nos lotes de dois de seus membros, que apresentavam condições favoráveis ao desenvolvimento da cultura. O *grupo dos oito* utilizou-se de outra estratégia. Havendo saído um assentado, o grupo propôs ao DAF a compra do direito ao uso do seu lote. A compra foi efetivada com a concordância do DAF e de todos os demais assentados, viabilizando assim o plantio de 2,5 ha, também distribuídos em três áreas de 6.500 pés. Sendo o lote de 7,0 ha, seria possível realizar a rotação exigida pela cultura.

Os principais problemas levantados pelos assentados, quando questionados a respeito do assentamento, se referem à questão de organização. É sabido de todos os problemas referentes às questões físicas: pouca terra, e de baixa qualidade, falta de

⁹ O Procer (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) é uma linha especial de crédito rural do governo federal, destinada a financiar projetos para famílias assentadas.

água, de recursos financeiros, mas o que mais os atinge é a dificuldade de se articularem para elaborar projetos e manter um uso coletivo dos equipamentos que a associação possui, a que alguns se safam procurando formas de produção alternativas, sobretudo de comercialização, que é o principal problema enfrentado pelos produtores rurais.

Nas assembléias e reuniões, os principais problemas são a dispersão das pessoas, a falta de direção e de objetividade nos assuntos a serem tratados; eles nem sempre têm clareza do que está em discussão, remetem-se muito a questões pessoais que não dizem respeito ao assunto tratado, e muitas vezes tratam de questões que não lhes dizem respeito diretamente.¹⁰ Antes mantinham assembléias semanais, e agora, como estão acontecendo esporadicamente, já houve caso de não terem avisado uma família, que acabou perdendo um financiamento de calcário subsidiado. Especialmente agora, estão com problemas com a atual diretoria, que se desmembrou e conta com poucas pessoas, de forma que os que restam estão com acúmulo de funções, não tendo tempo para articularem as reuniões ou encaminharem as suas decisões. Não há divulgação de uma pauta antecipadamente e a coordenação se desarticulou de tal maneira que nem mesmo os demais associados têm como cobrar uma iniciativa por parte da diretoria. A maioria dos assentados se refere à falta de prestação de contas pelas diretorias que por ali passaram, poucos colocaram dados no papel e apresentaram notas, houve casos até em que se negaram a fazer esta prestação alegando idoneidade.

Os dirigentes declaram falta de tempo para elaborarem exaustivamente estas contabilidades, pois, além deste trabalho interno, a maioria deles é militante do MST, de forma que estão constantemente participando de reuniões e eventos externos. Alguns assentados reclamam esta ausência, que em geral não é discutida junto às assembléias; no entanto, consideram importante esta atividade, pois reconhecem as conquistas que o "movimento" tem trazido para os assentados.

Outro problema é a quem compete arcar com cada dívida assumida, o que acontece principalmente com o trator e o caminhão, pois cada assentado tem uma demanda diferente para estes serviços. Além de haver problemas com os responsáveis pelo trator que nem sempre fazem uma manutenção adequada e um manuseio correto dos equipamentos. Há um caso em que quebraram o trator num trabalho externo feito em terreno pedregoso, fato que contraria determinação de assembléia. Atualmente, estão cobrando uma taxa por hora trabalhada, que inclui os gastos com combustível, tratorista e manutenção do equipamento, mas o dinheiro que vinha sendo arrecadado para manutenção do trator não foi suficiente para cobrir uma quebra sofrida por este, e aí volta-se à discussão de quem é que mais usa, como está a prestação de contas etc. Por causa desses desacordos, muitos equipamentos que eram coletivos passam para as mãos de grupos. Alguns preferem perder o direito destes a terem de repartir despesas e preocupações.

10 Um dos filhos de um assentado reclama que, por serem os mais jovens, mais críticos, algumas direções arrumaram uma maneira de calá-los, alegando que não eram titulares, ou então que trabalham fora.

O histórico de vida dos assentados tem um perfil bem familiar para nós: em geral, foram trabalhadores rurais que, com as más condições de vida na roça, se aventuraram a ir para a "cidade". E era na periferia de Sumaré e região que essas pessoas estavam quando se articularam para "conquistar a terra", com ajuda das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Quanto aos novatos, a maioria estava trabalhando como meeiro ou parceiro na região, trazendo uma boa experiência de trabalho com novas culturas, principalmente frutas, e este perfil não é apenas uma coincidência, mas um dos critérios de escolha definidos pelos assentados.

A expectativa da maioria de quando chegou ao assentamento era só de sair das condições miseráveis em que vivia; ter uma casa ou um carro era apenas um sonho, o necessário era sobreviver, ter uma roça de onde tirar seu sustento. Não é "à toa" que muitos ainda fazem questão de manter uma "lavoura branca"; mesmo os que têm uma cultura mais de mercado, mantêm um pedaço de terra, em geral no quintal da casa, de onde sempre tiram algum complemento para as refeições.

Sobre se pretendiam trabalhar individualmente ou em grupo, em geral já respondiam sobre as experiências pelas quais passaram. Os líderes e principais articuladores pretendiam organizar uma produção coletiva, tendo em vista que a primeira experiência que tiveram, antes mesmo de cogitarem de "lutar pela terra", foi uma horta coletiva. A maioria, no entanto, pensava em ter finalmente o seu pedaço de terra, sobre o qual pudesse ter autonomia para determinar o que produzir e para poder arranjar seu tempo como bem lhe conviesse. Alguns até dispensam os créditos rurais, pois estes exigem determinadas técnicas, às quais não querem se render.

Quanto ao trabalho em grupo, se referem muito à morosidade de outros na divisão de tarefas (o difícil é saber quem faz "corpo mole" pois a maioria alegou isto como crítica ao trabalho em grupo). Antes de se estabelecerem no local em que estão atualmente, trabalharam em grupo numa área do Padre Anchieta, e desde então já começaram a sentir as dificuldades do trabalho coletivo, só que nesta época o sentimento de solidariedade era muito maior, ou, então, os problemas externos eram muito grandes para que se preocupassem com as "picuinhas" que os envolviam. Em geral, o pessoal lembra dessa época com carinho, trabalhavam a terra coletivamente, dividiam a produção mesmo com quem não tinha conseguido uma boa colheita, e faziam a repartição proporcionalmente ao tamanho das famílias; até mesmo a alimentação era feita coletivamente. Nessa época, muitas comunidades eclesiais de base ajudavam o assentamento, mandando mantimentos, entre outras coisas. Mas desde então, notam a diferença de dedicação de uns para com os outros, reclamam que alguns sempre arrumavam uma desculpa para se safar do trabalho. Desta experiência e das demais que os assentados têm dos trabalhos em grupo, esta é a reclamação mais comum.

O fato é que há uma diferença de ritmo de trabalho e de vida entre eles que é difícil ajustar: muitos querem a volta ao campo justamente para escapar da escravidão do "relógio de ponto", querem ter liberdade para dispor de seu horário como melhor lhes convier, enquanto outros, mais metódicos, mantêm o trabalho baseado nos

horários padrões, exigindo dos companheiros o mesmo ritmo; e estes, ao se sentirem usurpados quando os demais não os acompanhavam, provavelmente também começavam a fazer "corpo mole" ou desistiam do trabalho coletivo. Um dos assentados comentou que o problema do trabalho em grupo é que cada um desconhece o total do processo. Um outro reflete que não se resolveu este problema graças ao caráter paternalista das lideranças, que não intimavam essas pessoas a cumprirem com sua obrigação, até mesmo privando-as de uma partilha igualitária. Mas o que podemos considerar também é que estes não se sentiam à vontade para fazer essas cobranças, pois muitas vezes deixavam o assentamento para acompanhar atividades externas, sem terem esclarecido devidamente a iniciativa com os companheiros. Outros julgam que os trabalhos em grupo não foram bem-sucedidos porque os referidos projetos não tiveram bom retorno financeiro.

Outra questão quanto ao trabalho coletivo é a forma de dividir a renda, que pode ser feita pela produção, proporcionalmente às horas trabalhadas. Algumas pessoas reclamam a falta da afetividade, da maior proximidade que caracterizou o início do assentamento. D. Tereza, assentada de Sumaré II, foi muito objetiva quando tentou justificar o atual desencontro das pessoas, pois lembra que antes elas se encontravam mais, procurando qualquer motivo para poder dar um "pulinho" na casa do vizinho.

Em geral, todos os projetos elaborados foram feitos em grupo, pois os subsídios e os auxílios do Estado só vinham para os que assim se articulavam. Um dos assentados até reclamou da exigência do DAF de que deveriam se organizar em associação. O sucesso ou o fracasso desses projetos se referiam às vantagens ou dificuldades de se articularem em grupo. Na realidade, as vantagens se devem simplesmente a fatores externos, como por exemplo as exigências dos órgãos públicos, a facilidade para comercializarem, o manejo da terra etc., pois se pudessem prescindir destes limites, não recorreriam a esta forma de organização. Somente alguns, em geral lideranças, ainda consideram interessante esta forma de organização. Um dos assentados argumenta que um dos problemas dos projetos elaborados é que eles nunca prevêm diversos gastos que se têm com a produção: embalagens, transporte, mão-de-obra etc.

O grau de desconfiança entre as pessoas chegou a tal ponto que qualquer articulação em grupo precisa estar muito bem formalizada para que possa acontecer; sugeriram até mesmo a contratação de uma pessoa de fora para fazer a contabilidade da associação. A única forma aceitável de articulação é em pequenos grupos com pessoas de confiança, o que também se deve ao fato de ser uma exigência de certos órgãos de financiamento subsidiado. Consideram também a possibilidade de se articularem para realizar a comercialização. Um dos fatos que podem favorecer a articulação em grupos é a amizade entre os rapazes e adolescentes, que são mais descontraindo com suas diferenças, ou então grupos de mulheres, conforme já vem sendo articulado.

Algumas questões técnicas também contribuíram para o sucesso ou fracasso, como no caso do projeto de gado da LBA, do qual reclamam da qualidade dos animais comprados, bem como do manejo destes e da falta de “traquejo” para lidar com um empregado contratado para cuidar da área.

Um dos argumentos mais levantados pelos assentados para justificar o impasse do assentamento é a pouca terra, mas há mais de um caso de assentado que cede parte de sua terra porque não consegue planejar toda sua área; além disso, os novos assentados, em sua avaliação de como andam as coisas no assentamento, julgam que os que ali estão pouco aproveitaram os recursos disponíveis e a terra que tinham à disposição, pois, pela experiência que têm, crêem que poderiam estar com uma produção mais constante; julgam que, quando estiverem com a roça formada, terão serviço para toda a família. Outro problema que se refere à questão de espaço é a dificuldade que têm para se deslocar de um lugar para outro, principalmente quando pensamos na área de pasto, pois a maioria não tem nenhum meio de locomoção, nem mesmo um cavalo (por causa disto, alguns dispensaram sua parte na área de pasto). Percebe-se que nem mesmo na roça alguns mantêm um acompanhamento constante.

Muitos se referem às roças de outros que estão abandonadas, lembram até que na sua têm alguma “quiçassa”, mas como uma situação passageira. Reclamam disto, sobretudo, pela má impressão que causa nos moradores da região, com os quais sempre se preocupam, pois em geral não aceitavam a ocupação das terras julgando-os vagabundos. O atributo de desordeiros, baderneiros, aos invasores e ocupantes das terras, marca significativamente a representação que a comunidade tem desse processo.

Devemos lembrar a presença de algumas famílias idosas e sem filhos, sem nenhuma ambição, acomodados em tirar dali apenas a subsistência e o local de moradia.

No tocante à produção agrícola, até 1988, Sumaré I esteve voltado prioritariamente para o cultivo dos alimentos básicos (arroz, feijão, milho e mandioca) e o café, num sistema individualizado de produção.

A introdução da irrigação, associada ao cultivo das hortaliças, transformou o espaço produtivo e a organização das famílias. Os produtos alimentares e o café estão sendo substituídos pelo cultivo de hortaliças. Em 1992, o café, o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, o amendoim e o feijão ocupavam cerca de 150 ha (63% da área total do assentamento) e respondiam por uma produção de 790 sc de arroz, 152 ton de mandioca, 700 sc de milho seco, 17 mil dz de milho verde e 3 ton de feijão. A produção de hortaliças ocupava 10,2 ha, com uma produção total de aproximadamente 700 ton. Atualmente, segundo o Departamento de Assentamento Fundiário, a área efetiva destinada à horticultura é de 35 ha, na qual o carro-chefe é a produção de tomate e, em virtude de seu sucesso econômico, tem incentivado o cultivo de outras hortaliças. Cabe lembrar que a horticultura é uma atividade agrícola intensiva em termos de tecnologia e uso de mão-de-obra e que, em que pesem os maiores riscos (menor resistência a situações adversas de clima, ocorrência de pragas e doenças e

a necessidade de um controle mais refinado do uso de irrigação) em geral, são culturas que apresentam maiores ganhos econômicos na comercialização por unidade produzida do que as chamadas grandes culturas (arroz, café, milho etc.).

Sumaré II apresenta uma situação diferenciada em termos de produção em relação a Sumaré I. Em geral, a produtividade é menor, o uso da irrigação e o cultivo de hortaliças são menos intensos. Em 1992, as áreas de arroz, milho, café, mandioca, feijão e amendoim somavam 63 ha, com uma produção de 100 sc de arroz, 10 mil dz de milho verde e 9,8 ton de milho seco, 30 ton de mandioca, 20 sc de feijão e 175 kg de amendoim. A área de horticultura era de aproximadamente 9,0 ha.

A busca de maiores rendas pelas famílias de Sumaré II tem levado a um redirecionamento da produção não para a horticultura, que atualmente ocupa cerca de 6 ha da área, mas sim para a fruticultura, principalmente citrus (poncã), acerola e goiaba.

Há, neste aspecto, uma grande diferença entre Sumaré I e II. Enquanto no primeiro as famílias optaram por uma atividade mais intensiva como a horticultura (culturas de ciclo curto, grande perecibilidade, comercialização muito rápida), Sumaré II dirige-se para a fruticultura que também leva à obtenção de produtos de maior valor unitário, porém os retornos aos investimentos são de mais longo prazo dado o próprio ciclo natural de maturidade produtiva das plantas.

Outro contexto, outros retratos

Nos assentamentos da região de Araraquara, as diferentes estratégias de viabilização da produção são fator importante na definição de alternativas no processo de organização das instâncias representativas. Desta forma, a discussão que segue analisa os liames que relacionam as estratégias para produzir com a organização político-administrativa interna dos assentamentos. A própria atuação de agentes mediadores (técnicos do Estado, lideranças sindicais, agentes pastorais) tem como alvo principal o encaminhamento da produção e a gestão dos equipamentos agrícolas. A inexperiência dos trabalhadores e dos agentes oficiais, nos primeiros anos de implantação dos assentamentos rurais na década de 1980, levou a uma sucessão de alternativas, muitas frustradas, num conjunto de trajetórias díspares em que a tentativa de se recuperarem aspectos da sociabilidade rural tradicional se mescla com a necessidade de se adequar à lógica do mercado e se relacionar com órgãos burocráticos.

Monte Alegre: do coletivo à pulverização

Nas safras do primeiro ano do projeto da Monte Alegre (1985/1986), todo o trabalho foi organizado em moldes coletivos. O cultivo escolhido foi exclusivamente

grãos, produzindo-se soja, amendoim, arroz e milho. Resultados desiguais em termos de produtividade apresentavam como invariante o alto índice de acidez do solo, limitador severo das colheitas. No geral, todas as lavouras dos núcleos I e II da Fazenda Monte Alegre foram plantadas fora de época, e as que se destacaram em termos de volume de produção se beneficiaram pelo atraso das chuvas.

Os créditos concedidos foram emergenciais e complementados por cestas básicas fornecidas pela LBA e Secretaria de Estado da Promoção Social. Durante o primeiro ano, o BNDES e o Finsocial liberaram verbas para a aquisição de tratores e implementos. Nesse momento da conjuntura, constata-se um esforço político para viabilizar a reforma agrária, desde a promoção do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), antes ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para o nível da Secretaria de Estado (SEAF), até contatos com universidades para o assessoramento dos projetos em implantação.

No caso da Monte Alegre, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária da UNESP (município de Jaboticabal) chegou a acompanhar o processo de instalação das famílias, emprestando, inclusive, máquinas para o preparo do solo. Um certo ressentimento político, no entanto, esfriou as relações entre os técnicos da SEAF e o grupo da UNESP ali presente. Enquanto os professores da UNESP deixavam de colaborar com o projeto, enfatizando a pouca disponibilidade dos técnicos do Estado em ouvir sugestões, vários foram os depoimentos de assentados que afirmam que os agrônomos proibiam qualquer atividade produtiva além das por eles indicadas. Experiências como suinocultura e horticultura, estimuladas pelos professores da UNESP, foram praticamente "embargadas" pelos responsáveis pela assistência técnica. Pode-se afirmar que todas as propostas de organização do projeto de assentamento partiram dos agrônomos do Estado e da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara.

Embora a firme atuação dos agrônomos do Estado no sentido de se proibirem experiências alternativas indique que a opção pelo plantio coletivo foi política, ouvindo-se o coordenador do projeto na Fazenda Monte Alegre, constata-se que a opção pela plantação coletiva teve também um aspecto técnico importante: a urgência de se plantar dentro do calendário da safra de verão de 1985/1986, contando com escassos recursos e equipamentos. O trabalho coletivo significou a oportunidade de se experimentarem alguns modelos de organização e gestão da produção. Os recém-assentados se organizaram em associações, sempre orientados pelo sindicato e pela SEAF. Tais entidades deveriam administrar diferentes problemas do projeto, como a produção agrícola, a comercialização da safra, contatos com o Estado, reivindicações junto ao Poder Público em geral. O presidente da associação seria um representante natural dos assentados e a diretoria substituiria a antiga comissão de representantes, instância que funcionava durante o processo de entrada na terra.

A princípio, contando com um apoio generalizado por parte dos trabalhadores, essas experiências de associativismo foram esvaziadas. Nos dois primeiros núcleos, em que tal organização foi testada, as críticas ouvidas, anos após, giram em torno de favorecimento a parentes e amigos, corrupção e roubo. A inexperiência, no entanto,

por parte tanto dos trabalhadores quanto dos técnicos, parece ter sido a principal causa de equívocos e incompreensões. Nas palavras de um funcionário da SEAF, todos estavam “aprendendo a fazer reforma agrária”.

Do ponto de vista político-organizacional, muito se perdeu com os sucessivos erros. No tocante à experiência coletiva de produção, ademais o resultado pouco animador da maioria das colheitas (arroz e amendoim tiveram desempenho relativamente melhores), alguns problemas de gestão parecem ter sido determinantes no abandono dessa modalidade de trabalho. Cita-se o caso do apontamento de dias trabalhados, fórmula adotada para calcular o montante de trabalho despendido pelos assentados. Este foi feito por indivíduos de cada família. No entanto, no momento da divisão da renda obtida na safra, esta foi feita por unidade familiar, desprezando-se o fato de que algumas famílias entraram com mais braços na lavoura que outras, contando, por meio disso, com o ingresso de mais recursos. O conflito gerado entre os assentados e entre estes e os técnicos inviabilizou a proposta coletiva e criou traumas que só se aprofundaram com o tempo. No segundo ano agrícola (1986-1987), os dois primeiros núcleos já haviam abandonado tanto a produção coletiva quanto a organização associativa.

Nos anos seguintes, procedeu-se a uma divisão dos assentados em grupos de produção. Já com os lotes agrícolas individualizados, as famílias deveriam gerir em comum sementes, máquinas e implementos. No geral, cada grupo recebeu um trator e alguns implementos. Os grupos variavam de tamanho, de dez a vinte pessoas. Os núcleos III e IV do projeto Monte Alegre tiveram suas primeiras experiências organizacionais a partir dessa proposta. Composição dos grupos e trajetórias anteriores bastante distintas influenciaram o processo de formação desses dois outros núcleos. Enquanto o núcleo III – composto exclusivamente por trabalhadores selecionados oficialmente – sofreu um rápido processo de abandono, o núcleo IV – formado a partir de uma invasão de um grupo de bóias-frias da cidade de Guariba – conseguiu uma perceptível estabilidade em termos de organização. A sobreposição da organização por grupo de produção a uma estrutura de grupo doméstico com moldes tradicionais, baseado nas relações de parentesco e compadrio, parece ter sido eficaz no tocante a garantir um mínimo de legitimidade, confiabilidade e reciprocidade.

Grupos de produção e comissão de representantes dos grupos rapidamente se deterioraram nos núcleos I, II e III, determinando, inclusive, a venda ou o abandono das máquinas e implementos. Ressalta-se que o único grupo de produção a não vender ou abandonar o equipamento (no núcleo II) tinha por base uma família ampliada: pai, filhos, genros e cunhados. Em 1987, outra iniciativa ligada à esfera econômica, novamente levada a cabo pelo sindicato e DAF (antiga SEAF), foi a organização de um Fundo Cooperativo, reunindo 63 assentados dos quatro núcleos então instalados na Monte Alegre. Tendo quase que exclusivamente por função intermediar uma verba do BNDES, esta instância repetiu, em boa medida, os resultados funestos das primeiras associações. Para o DAF, safra frustrada, solução de continuidade nos investimentos e desacertos administrativos levaram ao abandono mais essa iniciativa. Para alguns

assentados, porém, que na época já estavam radicalizados contra a assistência técnica oficial, ocorreram sérios problemas, não faltando quem denunciasse desvio de verbas.

Essa dinâmica de desestruturação atravessa os anos de 1988 e 1989 e leva a um vazio organizacional. Os grupos que permanecem são informais e suportados por relações de parentesco (tais como os do núcleo IV). No tocante à representação dos assentados, a eleição de um representante por núcleo, que pouco ou nenhum poder de interferência tem no processo produtivo dos núcleos, passa a ser a forma adotada. Os novos trabalhadores, assentados a partir de 1989, têm, inclusive, um perfil diferente. Dentre eles, deixa de predominar o bóia-fria que, de diferentes formas, lutou pela terra e entra em cena um assentado mais capitalizado, com alguma experiência em negócios e conscientemente individualista. Sem nenhum projeto para envolver os núcleos como um todo, o DAF vê a agricultura especializada em grãos ceder lugar à pecuária e outras atividades mais integradas à indústria (como a sericultura). O vazio político-organizacional acaba por deslegitimar quase que totalmente a presença do sindicato, que só se mantém por contatos feitos junto aos “novos” e pelo recente estabelecimento de mais um núcleo (o de número V), regularizado em finais de 1992.

A partir dessa situação de desestruturação organizacional e vazio de projeto de viabilização econômica, a prefeitura do recém-criado município de Motuca – sob cuja jurisdição o projeto Monte Alegre se encontra – apresenta, em 1993, uma proposta de consórcio com as usinas da região, objetivando o cultivo de cana-de-açúcar no assentamento. Sindicato e DAF se mobilizam e criam obstáculos a isso que foi qualificado como uma investida do poder econômico sobre os assentamentos. Embora o plantio de cana não se tenha realizado, a prefeitura mantém a proposta, angariando apoio crescente dos assentados. Um assentado, eleito vereador em Motuca, torna-se o grande propagandista do consórcio com as usinas e o vazio de propostas por parte do sindicato e DAF cria um impasse paralisante. O retrato da Monte Alegre de hoje mostra uma minoria de assentados que se mantêm graças a alguns recursos próprios – notadamente os “novos” – e um desanimado grupo de assentados que produz pouco além do necessário à subsistência e cada vez mais recorre ao assalariamento externo ou ao arrendamento de suas terras a sitiantes da região, prática proibida pelo DAF.

Os próprios funcionários do DAF têm muita dificuldade em precisar com exatidão quantas famílias estão realmente vivendo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, bem como controlar os lotes ocupados irregularmente. Essa ocupação irregular (invasões individuais, ocupação por agregados ou por cadastrados que ainda não foram selecionados, venda ilegal de direitos) – a expressar a continuidade da rotulada “ilegalidade” na luta pela terra – é um dos maiores problemas que o Departamento enfrenta, o que denota a falta de instrumentos ágeis e eficientes de acompanhamento da vida do assentamento. É comum, por parte dos assentados, a crítica com relação ao abandono dos projetos. Os técnicos, por sua vez, reagem com desânimo, apontando a falta de apoio do governo aos assentamentos. “Falta até combustível para nossa locomoção”, desabafa um agrônomo.

Bela Vista do Chibarro: grupos conflitantes, entidades concorrentes

Em 1989 é instalado no município de Araraquara um outro projeto de assentamento, o da Fazenda Bela Vista do Chibarro. Após dois anos sem acesso a qualquer programa de crédito, os assentados deste projeto iniciam atividades com máquinas próprias e custeio bancário em 1991. Cinco tratores de grande porte são comprados mediante financiamento subsidiado por meio do Banespa. Com lotes familiares já demarcados, ainda que provisoriamente, o processo organizacional – que antes se resumia às comissões de representantes – passa a depender quase que exclusivamente do gerenciamento das máquinas.

Divisões internas, já existentes e fundadas nos vários grupos que lá se estabeleceram em diferentes momentos durante o período de regularização do projeto, ganham um contorno mais nítido a partir da organização de uma cooperativa e de um grupo associativo, que mais tarde se desdobra em duas associações. Das cinco máquinas adquiridas, quatro ficam sob responsabilidade da cooperativa, entidade que reúne a maior parcela de agricultores assentados. Uma associação recebe o outro trator e alguns implementos. A gestão coletiva das máquinas e implementos, visando ao atendimento de cooperados e associados nas necessidades de preparo e cultivo do solo, é o objetivo primeiro desses grupos, que criam uma polarização em termos de posições políticas.

Enquanto a cooperativa recebe assistência do DAF e apoio político do Sindicato de Empregados Rurais (antigo STR), as associações contam com assessoria técnica e apoio político da Comissão Pastoral da Terra. Esse difícil processo de disputa acaba, ao longo de alguns anos, sendo atenuado: cooperativa e grupo do trator (grupo composto pelos assentados das duas associações que mantiveram responsabilidade sobre os equipamentos), ao buscarem eficiência na gestão e garantia de maior produtividade, criam uma dinâmica de concorrência que contribui para um certo progresso econômico no assentamento.

A partir dos grupos que se organizaram para viabilizar a produção, instâncias representativas são criadas. Após o período crítico de disputas – quando não havia um consenso e cada entidade contava com seus representantes próprios para se relacionar com os órgãos oficiais e o Poder Público – é formada, em 1993, uma comissão de representantes, reunindo não só os delegados de cada entidade de produção como também pessoas indicadas por associações de caráter mais comunitário, como associações feminina e esportiva. Embora se mantenha a disputa, esta passa a ter um fórum comum de debates. Não existindo consenso na comissão, recorre-se à assembléia dos assentados, instância que sempre existiu, embora fosse menos respeitada.

Além desse corte, determinado pela presença de diferentes mediadores políticos (sindicato e CPT), surge, em 1993, um novo foco de conflitos. Uma nova associação, autoproclamada “independente” porque, segundo seus dirigentes, não teria influência de ninguém – notadamente do sindicato e da CPT –, é organizada e passa a defender

o cultivo de cana-de-açúcar por parte dos assentados. Embora defendessem uma proposta diferente da do consórcio apresentado à Monte Alegre, o apoio das usinas da região, apesar de velado, é evidente. Os grupos da cooperativa e das antigas associações se unem e reagem a essa proposta, interrompendo, inclusive, o início do plantio de cana que já se dava no assentamento.

Embargada essa iniciativa, a associação “independente” é afastada da comissão de representantes, como forma de punição. O grupo, no entanto, negando-se a aceitar o ostracismo, continua a polemizar e mantém a defesa do plantio de cana, alegando que o assentado “pode plantar o que quiser”. Essa postura crítica tem adeptos, sobretudo junto àqueles assentados que não conseguiram bons resultados nas colheitas dos últimos anos. O baixo preço do milho – principal cultura da Bela Vista –, juntamente com uma safra um tanto prejudicada pelas intempéries do tempo têm levado parte dos produtores à inadimplência, criando um clima favorável à proposta de um arrendamento velado para o plantio de cana.

Mesmo onde as entidades juridicamente constituídas se estruturaram e têm um papel explícito no processo administrativo, como no caso do assentamento Bela Vista, as estratégias de recriação das relações de parentesco mais ampliadas, como a instituição do compadrio, a união de famílias pelos laços matrimoniais etc., parecem constituir-se em substrato importante para a viabilização dos agricultores na terra e para a organização de grupos (até mesmo os mais formais, como associações). Embora construindo seus relacionamentos a partir da vivência política e da concorrência econômica, família e igreja (sobretudo as evangélicas) estão presentes como um dos pilares de organização dos grupos.

O caso da Monte Alegre parece-nos exemplar nesse sentido. Conflitos com sindicato e DAF cindiram os assentados nos núcleos I e II, destruindo a possibilidade de as relações de parentesco se ampliarem, dando suporte às famílias nucleares. Vale reafirmar que no núcleo I, o grupo que mais firmemente combate técnicos e sindicato, e defende a proposta de consórcio, tem como base uma família. No núcleo II, conforme já citado, o único grupo que manteve seu trator à época da venda das máquinas foi o que reunia vários parentes.

No núcleo IV, a rede de parentesco teve mais condições de se ampliar. Distantes do sindicato e alheios às disputas de grupos, esse núcleo tem revivido a sociabilidade das comunidades rústicas: parentes, compadres, festa, trabalho. Dessa forma, o assentamento de número IV apresenta o menor índice de evasão e problemas de ocupação irregular de lotes de toda a Monte Alegre. Cabe lembrar que não existe nenhuma organização formal no núcleo IV (como associações ou grupos administrativos). Sua liderança é membro de uma das famílias que interagem.

Se essa “rede” aparece como criação livre dos trabalhadores em seus relacionamentos, a imposição se faz presente ao estabelecer um padrão bastante elevado de produtividade como meta a ser atingida pelas famílias. Diante das dificuldades estruturais do pequeno produtor rural, o mercado se lhe apresenta como tirano. Particularmente nos assentamentos de Araraquara, onde o interesse das usinas

sucro-alcooleiras pelas suas terras é manifesto. A proposta do consórcio com usinas da região não traz nenhuma nova modalidade de organização senão o assalariamento disfarçado do assentado, que poderá, inclusive, levá-lo à proletarização mais extrema amanhã.

Na Bela Vista, onde a maioria reitera o repúdio ao plantio de cana, não falta até mesmo uma associação que defende explicitamente essa prática. A recente reativação da Usina Tamoio significa uma ameaça potencial aos agricultores assentados.

Decresce, tanto num quanto noutro assentamento, a capacidade de intervenção do Estado. Este não tem, de fato, um projeto para os assentamentos. Tanto é assim que os técnicos designados para a assistência aos assentados muitas vezes insistem na falta de competência dos trabalhadores para a atividade agrícola, como se o saber tocar a roça lhes tivesse sido extirpado, por conta do processo de proletarização. O Estado legaliza a desapropriação da área de terra, mas, sem investir nela o capital necessário – dentro de um planejamento de longo prazo –, põe efetivamente em risco as perspectivas da produção/produtividade. A ausência de uma linha de crédito de custeio voltada especialmente para o plantio nos assentamentos e a demora na liberação dos recursos do Proceca transformaram-se de fato em problemas sérios. Cabe acrescentar que a priorização de investimentos por parte do Estado nas áreas de assentamentos é uma seqüência de equívocos.

As agrovilas dos assentamentos são um retrato privilegiado da ineficaz e equivocada política de investimento do Estado. Ao adotarem “pacotes de investimentos” ou tentarem adequar as mesmas infra-estruturas em todos os assentamentos, desconsideram as peculiaridades de cada um, deixando de ser atendidas as reais necessidades dos assentados. Poços artesianos que não funcionam, por razões várias, pairam, com suas caixas d’águas, soberanos da altura de seus postes, sobre os poços perfurados nos quintais de cada casa; os fios de energia, que no máximo chegaram às casas mais próximas dos centros comunitários da Monte Alegre, convivem com o lampião a gás e a lamparina de querosene. O posto de atendimento médico e o escritório do DAF, construídos no núcleo I, continuam paralisados. Para o atendimento das necessidades de escolarização, praticamente nada foi feito na Monte Alegre. Concretamente, a interação dos diversos órgãos estatais para a implantação e desenvolvimento do projeto Monte Alegre não saiu do papel.

Sente-se a omissão do Estado na falta de uma assistência técnica – a própria ameaça de extinção do DAF é um bom exemplo – na inserção mais efetiva dos órgãos públicos, na ausência de equipamentos coletivos necessários à reprodução das condições de vida social. Essa omissão, politicamente séria, permite diagnósticos de fracasso dos núcleos da Monte Alegre, atribuídos ao despreparo dos trabalhadores, sem atentar para elementos do abandono do Estado que poderiam caracterizar uma violência programada.

Comemoram-se projetos de municipalização da agricultura, dos quais os assentamentos estão ausentes. A prefeitura de Matão, apesar da orientação assistencialista, é uma das exceções, promovendo atividades como feiras de produtores assentados,

fornecendo, igualmente, condução para estudantes e pacientes da Monte Alegre. Na prefeitura de Araraquara, prevalece uma política clientelística episódica que acaba por reforçar a exclusão dos assentados da Bela Vista. Discutiu-se, em 1993, com os assentados do núcleo Bela Vista, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. As propostas, elaboradas em conjunto com os assentados, receberam sinal vermelho por parte da prefeitura. A prefeitura de Motuca, diretamente responsável pelo consórcio já referido, acena com a perspectiva de converter os assentamentos em celeiros de cana.

Assentamentos, relações de poder e formas de violência não são, pois, situações pré-definidas, ou capazes de serem resolvidas por receituários.

Concluindo...

O exame das trajetórias dos projetos de assentamento estudados, em relação às formas de organização, representação política e “desempenho” econômico, mostrou-nos que os conflitos são constitutivos da ordenação desse novo espaço. O confronto entre lógicas diferenciadas, o enfrentamento à subjetividade capitalista, a pressão imposta como exigência de prova da produtividade interferem nas formas de construção/reconstrução dos assentamentos. Em todas as suas facetas, o processo não é linear. O complexo cronograma decisório que filtra e redefine demandas dirigido pelo Estado poderia sugerir homogeneidades. A elaboração de mecanismos de seleção, regras de exclusão e inclusão parece atender a todos, indistintamente. Entretanto, esse processo é atravessado pela violência de gênero, outras formas de desigualdade e violência dissimuladas.

A liberação de recursos em tempos inadequados às práticas agrícolas, a descontinuidade dos créditos, a falta de uma pressão mais eficazmente utilizada em nível local são elementos desse complexo processo de (re)construção de um novo modo de vida. Os assentados ex-bóias-frias não têm impregnada em sua subjetividade uma relação de apropriação do processo e produto do trabalho, o que pode interferir nas formas como se relacionam com as regras do circuito capitalista. Talvez esse fato explique inclusive a pouca vitalidade das experiências cotidianas. Não têm em sua trajetória marcas de um trabalho coletivizado. Aceitam a associação como exigência para receber recursos – parte dos requisitos impostos pelo Estado –, não tendo o mesmo retorno significativo na construção de um espaço coletivo, de um nós. Ações sustentadas por relações familiares, a recriação do compadrio, práticas presentes na trajetória do núcleo IV da Fazenda Monte Alegre, representam construções sociais mais significativas, em termos de subjetividade, do que a mera aceitação de regras associativas.

Tais práticas têm sido contrapontos na roda-viva imposta aos assentados com o objetivo de levá-los a se converter em produtores mercantis. A pressão para sua

inserção em um sistema de técnicas, regras e concepções distintas das que se encontravam histórica e socialmente relacionadas é enfrentada diferencialmente. A construção e a reconstrução de estratégias familiares e de práticas próprias de um outro tempo se fazem presentes nesse enfrentamento.

Persiste uma certa colisão entre o tempo do relógio e o tempo da singularidade. No momento em que se impõe a necessidade de comercializar os produtos, de recorrer aos bancos, o desencontro dos tempos se expressa mais claramente. O tempo do mercado reedita regras e imposições vividas em suas trajetórias passadas. Os técnicos, os intermediários aparecem como agentes de coação. Nessa representação, aparece delineada uma estratégia de construção de um modo de vida fundamentado na liberdade, no combate à sujeição, à opressão bem presentes em sua história/memória. “A resistência à subjetividade capitalística não é apenas oposição, mas possibilidade de emergência de singularidade, de novas formas de se fazer” (Gomes, 1995). No caso dos assentados, as práticas de ajuda mútua, não habituais, em todas as experiências analisadas; o casamento entre filhos; os almoços compartilhados; a preparação das festas juninas são expressões de singularidade. Expressões que não podem ser generalizadas. Há também assentados que se afinam com a mentalidade empresarial, que buscam se reproduzir no circuito capitalista.

Há resistências ao saber técnico, mas a prática de tecnologia alternativa é exceção. Há diferenças na forma de estruturar os assentamentos, de gerir a sobrevivência, de construir as relações com os vizinhos, outros assentados, com o técnico, com o sindicato e outros mediadores. Há diferenças nas reações das mulheres à violência de gênero. Para algumas, a separação entre espaços masculinos-femininos no interior dos assentamentos é interiorizada como uma relação naturalizada. Outras chegam a encabeçar movimentos de luta para (re)construção dos códigos machistas, chegando a inverter as regras de um processo decisório que excluía as mulheres da votação. As iniciativas associativas de grupos de mulheres encontram barreiras para ter continuidade. Espaços masculinos e femininos nos assentamentos permanecem sendo espaços de gênero diferenciados.

A heterogeneidade marca as práticas dos assentados nas questões de organização e nas alternativas econômicas. Nos assentamentos em que há organização, a eficiência da violência programada do Estado pode ser menor.

Delineiam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os assentados, para os “mediadores” e para o Estado, que se fizeram presentes no campo de lutas investigado, como virtualidades, não definidas por critérios estruturais ou identidades internalizadas. O presente vivido pelos assentados é histórico, porque incorpora o passado e possibilidades do futuro, daí a necessidade de acompanhamento concreto das suas formas de ser e agir, as quais não podem ser desvinculadas da roda-viva na qual inserem-se as atuações dos empresários rurais e do Estado. A constituição dos assentamentos retrata a complexidade das relações entre política de posse e propriedade da terra, evidenciando a necessidade de desconstruir códigos de legitimação ou dissimulação da violência.

Diante dessas reflexões, resta-nos reafirmar que não tem sentido, diante de experiências de assentamentos, idealizar balanços definitivos. Construção, desconstrução, reconstrução, diferenças, caminhos sem determinação, rupturas, transformações fazem desse balanço um desafiante convite a observar diligentemente o devir dos assentamentos.

BARONE, L. A., FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. P. The paths of rural settlements: checking the experiences. *Perspectivas (São Paulo)*, v.17-18, p.205-237, 1994/1995.

- **ABSTRACT** *This paper tries to evaluate the complexity of the process of eight experiences of rural settlements in distinct parts of the State of São Paulo, as regard to their economic, political and organizational development. Each one had a different way of dealing with the process; the organizational aspects operate differently on the economic evolution and there was not a cause-effect relation as far as economic performance, the existence of dissensions and the alternatives of organizations are concerned. Disagreement and competition are some of the factors present in the attempt of creating a new way of life. There can be noticed a significant pressure so that those farmers can integrate themselves in the present agricultural and economic globalization process.*
- **KEYWORDS:** *Rural settlements; familiar strategies; agrarian reform projects; agrarian conflicts.*

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. 285p.
- ABRAMOVAY, R. et al. *Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo*. 1995 (Versão Preliminar de Relatório de Pesquisa, CNPq).
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, n.23, supl.1, p.1-58, 1993.
- _____. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed UNESP, 1994a p 225-36.
- _____. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1994b, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, 1994b.
- _____. Mulheres assentadas: trajetórias e conquistas. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 47, 1995, São Luís. 1995.
- BERGAMASCO, S. M. P. P, FERRANTE, V. L. S. B., D'AQUINO, T. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1990.

- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.7.
- CORNEJO, H. A., SANTOS, J. A. *Assentamentos rurais de Sumaré I e II*. Brasília: CNPq, 1988. (Relatório de Pesquisa CNPq).
- FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos no eito dos canaviais: estopim de lutas? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, 1989, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba, 1989.
- _____. Momentos e movimentos dos bóias-frias paulistas: cenário e ação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29, 1991, Campinas. *Anais ...* Campinas, 1991, p.209-33.
- _____. A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais. *Universidade e Sociedade (São Paulo)*, v.2, n.4, p.105-112, 1992a.
- _____. *A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias*. Araraquara, 1992b. 589p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. A aventura de pesquisar assentamentos rurais: dilemas da multidisciplinaridade e do pluralismo teórico. In: CONGRESSO DA SBS, 6, 1993a, Recife. *Anais ...* Recife, 1993a.
- _____. Las mujeres asalariadas en la lucha por la tierra. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CIENCIA ANTROPOLOGICAS Y ETNOLOGICAS, 12, 1993, Ciudad de México. *Resúmenes...* Ciudad de México, 1993b, p.51.
- _____. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. *Cadernos de Sociologia, Natureza, História e Cultura (Porto Alegre)*, UFRS, v.4, p.69-76, 1993c.
- _____. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994a. p.127-44.
- _____. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos bóias-frias. *São Paulo em Perspectiva*, v.8, n.3, p.93-104, 1994b.
- _____. La lucha por la tierra tiene dos sexos. In: VALDES, X. et al. *Mujeres: relaciones de gobierno en la agricultura*. Santiago del Chile: CEDEM, 1995.
- FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. Universidade e segurança alimentar: o pacto necessário. *Universidade e Sociedade (São Paulo)*, v.4, n.7, p.102-9, 1994.
- FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade multidimensional dos assentamentos de trabalhadores rurais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, 1992, Caxambu. 1992.
- _____. Assentamentos de trabalhadores rurais: caminhos e desafios da pesquisa. In: ROMERO, A. et al. *Reforma Agrária: produção, emprego e renda (o relatório da FAO em debate)*. Rio de Janeiro: Vozes, IBASE; FAO, 1994. p.181-91.
- _____. *Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1995.
- FERRANTE, V. L. S. B., SILVA, M. A. M. A política de assentamentos: a contrapartida estatal à reforma agrária. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 10, 1986, Campos do Jordão. 1986.

- FERRANTE, V. L. S. B., SILVA, M. A. M. Roupas nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. *São Paulo em Perspectiva*, v.1, n.3, p.32-40, 1987.
- _____. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas (São Paulo)*, v.11, p.33-51, 1988.
- GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos CEBRAP*, n.17, 1976.
- GOMES, I. Z. *A (re)criação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- KAGEYAMA, A. *O emprego agrícola em 1985: análise preliminar*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1991. (Mimeogr.).
- KAGEYAMA, A., BERGAMASCO, S. M. P. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, 1989, Piracicaba. *Anais...* Brasília, 1989. p.369-91.
- _____. A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas (São Paulo)*, v.12/13, p.55-72, 1989/1990.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v.1. 306p.
- PITROU et al. *Trajectoires professionnelles et stratégies familiales*. Paris: CNRS, 1983.
- SANTOS, J. V. T. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários. *Ciências Sociais Hoje*, 1991.
- SEMEGHINI, U. C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.
- THOMPSON, E. R. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.